

SUMÁRIO

Prefácio — *Fernanda Barreto Lira* 15

Introdução 19

Primeira Parte — FILOSOFIA DA PRÁXIS, FILOSOFIA DA EXISTÊNCIA. PÓS-MODERNISMO E PÓS-MODERNIDADE. OS PRINCÍPIOS NO CONTEXTO DA FILOSOFIA DO DIREITO E DA TEORIA DO CONHECIMENTO JURÍDICO

1. A filosofia da práxis e a filosofia da existência. A técnica e a questão da técnica. Ponto de partida ou de chegada à ética discursiva? 25
2. Pós-modernidade e Pós-modernismo. Ambigüidades e contradições 32
3. Os princípios na tradição das escolas filosóficas do Direito 41
 - 3.1. Os princípios e a teoria do Direito de origem Romano-Germânica ... 41
 - 3.2. Os princípios e a teoria do Direito de origem Anglo-Saxônica 42
4. Os princípios na teoria do conhecimento jurídico 45
 - 4.1. Os princípios e o positivismo jurídico-metodológico 45
 - 4.2. Os princípios e a teoria socialista do Direito 46
 - 4.3. Os princípios e a teoria da argumentação ou do pensamento tópico-retórico 46
 - 4.4. Os princípios e a teoria autopoietica 49
 - 4.5. Os princípios e a teoria crítica habermasiana 50
5. A visão simbólica e o moderno constitucionalismo 53

Segunda Parte — OS PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO. CARTOGRAFIA E REFUTAÇÃO À DOCTRINA DOMINANTE

1. Natureza e diagnóstico dos princípios formulados pela literatura Jurídico-Trabalhista 59
 - 1.1. A dispersa contextualização dos princípios 59
 - 1.2. A Atípica Experiência Espanhola 63

2. A construção dos princípios como categoria fundante do Direito do Trabalho na literatura Latino-Americana	65
2.1. Os princípios em <i>Américo Plá Rodriguez</i>	65
2.2. Os princípios em <i>Alfredo J. Ruprecht</i>	66
2.3. Os princípios em <i>Luiz de Pinho Pedreira da Silva</i>	67
3. Críticas às teorias predominantes	69
3.1. Os princípios no contexto da teoria do conhecimento jurídico ou como fundamento de validade do Direito do Trabalho no quadro geral da ciência jurídica	69
3.2. Os princípios enquanto enunciados constitucionais ou regras hermenêuticas de Interpretação e de Aplicação	73
3.3. Os princípios e seus vínculos com o Direito Individual do Trabalho	75
4. As características e peculiaridades do Direito Individual do Trabalho consideradas como princípios pela teoria tradicional. Uma visão crítico-prospectiva	79
4.1. O princípio da proteção e a dignidade humana	79
4.2. O princípio da continuidade. Descontinuidade/atemporalidade enquanto características das relações de trabalho na pós-modernidade ...	84
4.3. O princípio da irrenunciabilidade. Irrenunciabilidade a uma vida digna, com ou sem trabalho subordinado	86
4.4. O princípio da primazia da realidade e a sociedade flexível. Crítica à glorificação do trabalho-dever	89
4.5. O princípio da razoabilidade. A razoabilidade enquanto critério de preservação da vida humana. Para além do trabalho subordinado .	92
4.6. O princípio da boa-fé e a desagregação global do vínculo Social	94
4.7. O princípio <i>in dubio pro operario</i> e o adeus ao proletariado	97
4.8. O princípio da norma jurídica mais favorável. Uma visão prospectiva sobre as fontes do Direito do Trabalho	101
4.9. O princípio da condição mais benéfica e a fragmentação da sociedade do trabalho	103
5. As características do Direito Sindical ou Coletivo e seus vínculos predominantes com a concepção proletária ou obreirista da sociedade do trabalho	110
5.1. O Direito Coletivo ou Sindical nas teorias da Unidade, da Transição e da Autonomia	110
5.2. O Sindicalismo no contexto da história da formação operária e da sociedade pós-industrial	111

5.3. Visão crítica à ortodoxia sindical e os novos horizontes das organizações coletivas no âmbito da sociedade pós-industrial	113
5.4. O processo negocial de formação da norma trabalhista no contexto da doutrina clássica	114
5.5. Rumo a um novo horizonte para a negociação coletiva	114
5.6. A greve e seu contexto jurídico-dogmático	115
5.7. Uma abordagem metajurídica sobre a greve	116
5.8. Rumo a uma nova concepção de greve	116
5.9. O Direito Sindical internacional	117
6. Os particularismos do Direito do Trabalho na visão de <i>Héctor-Hugo Barbagelata</i>	118
7. As características tradicionais do Direito Sindical enquadradas na categoria de princípios. A visão de <i>Mauricio Godinho Delgado</i>	124
8. O sinal de alarme e a nova doutrina	128

Terceira Parte — A TEORIA TRADICIONAL E A TEORIA SOCIAL CRÍTICA. DESLOCANDO E AMPLIANDO O OBJETO DO DIREITO DO TRABALHO

1. O Direito do Trabalho no contexto das doutrinas e dos seus fundamentos tradicionais. Refutabilidade	135
1.1. O objeto do Direito do Trabalho na teoria do conhecimento jurídico-trabalhista	135
2. A teoria crítica e a sociedade pós-moderna do ponto de vista da ética discursiva	141
2.1. As visões de <i>Geuss, Horkheimer e Habermas</i>	141
2.2. A ética contemporânea. A opção por uma ética discursiva	145
2.2.1. Moral e ética	145
2.2.2. As diversas concepções sobre a ética	146
2.2.3. A opção pela ética discursiva. A ética de mínimos e a ética de máximos. A visão de <i>Adela Cortina</i>	147
3. Cultura e identidade cultural no contexto da antropologia crítica ou comunicativa	154
3.1. A acepção da palavra cultura na antropologia tradicional e na teoria crítica ou na antropologia comunicativa	154
3.2. A escola de <i>Frankfurt</i> e o conceito dinâmico de cultura	155
4. O Direito do Trabalho no contexto da teoria crítica	160

Quarta Parte — OS NOVOS PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

1. Os novos princípios na teoria do conhecimento jurídico e na Filosofia	167
2. O princípio da prevalência das relações sindicais sobre as relações individuais	175
2.1. Esboço histórico do sindicalismo	175
2.2. Definições e enquadramento do sindicato na doutrina trabalhista tradicional	184
2.3. Versões da doutrina tradicional e da dogmática acerca dos sindicatos e o seu descompasso diante dos novos movimentos sociais	186
2.4. O desmoronamento das tradições do movimento sindical	190
2.5. Como se movem a ciência social crítica e a ética discursiva neste novo cenário	195
3. O princípio da democratização da economia e do trabalho humano	204
3.1. Ascensão e queda do Estado do bem-estar social	204
3.2. Trabalho, economia e desenvolvimento produtivo com equidade	209
4. O princípio da proteção social	216
4.1. As raízes do princípio protetor e suas contradições	216
4.2. O princípio da proteção social para além do trabalho assalariado ...	221
5. O princípio do Direito do Trabalho como categoria de direito humano fundamental	224
5.1. O espírito de justiça social e o moderno constitucionalismo	224
5.2. As teorias contemporâneas sobre os direitos fundamentais	226
5.3. Desmitificando a ideologia e a “cultura” do trabalho subordinado. A busca de uma nova ordem constitucional	226
5.4. O estado moderno enquanto obstáculo à preservação dos direitos fundamentais	227
5.5. Os caminhos da nova doutrina trabalhista. A hermenêutica contemporânea	229
5.6. Trabalho humano e cidadania na teoria da ação comunicativa	231
6. Princípio da prevalência do processo negocial de formação da norma sobre o processo estatal dentro de uma comunidade real de comunicação ..	236
6.1. A negociação coletiva na doutrina clássica e suas mutações	236
6.2. A greve e as negociações coletivas na pós-modernidade	239
6.3. O impacto da negociação coletiva como princípio do Direito do Trabalho	241

6.4. Eticidade, comunicabilidade e negociação coletiva para além do trabalho assalariado, do sindicalismo obreirista e do Estado-nação .	246
6.5. Os trabalhadores do conhecimento e o trabalho imaterial. As novas possibilidades de reinvenção das lutas coletivas	248
6.5.1. A reinvenção do poder nômade e as possibilidades da desobediência	248
6.5.2. A comunicação e o trabalho virtuais. Seus entraves à negociação coletiva	252
6.5.3. Uma versão pós-moderna de negociação coletiva	254
6.5.4. Da Revolução Industrial à Revolução Informacional	256
6.5.5. Trabalho imaterial e subjetividade	260
6.5.6. O desafio da lógica reivindicativa	262
Conclusões	265
Referências Bibliográficas	271